



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1005428-04.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **RONY ANDERSON FORMENTON, CPF 269.326.158-94 - Advogado Dr. Alessandro Dias Figueira**
 Requerido: **ANDERSON RAFAEL SOARES - ME, CNPJ 12.603.898/0001-71 - Advogado Dr. Ademair de Paula Silva e representando a empresa o preposto Sr. Renato José Soares**

Aos 01 de novembro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também a testemunha do réu, Sr. Cristiano. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos pessoais das partes bem como o depoimento da testemunha presente, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A ação é improcedente. O art. 18, § 1º do CDC assegura ao consumidor o direito de exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição imediata da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço, mas esse direito é condicionado à prévia oportunidade, ao fornecedor, de sanar o vício, como se vê no referido dispositivo legal. No presente caso, verificamos que com a entrega do sofá cujo vício está sendo questionado nos autos, e apesar de o autor alegar o contrário, o consumidor não permitiu ao fornecedor o conserto do problema, razão pela qual não há amparo para se postular, de imediato, a rescisão / restituição. O conjunto probatório leva o magistrado a essa conclusão. Em primeiro lugar, apesar da afirmação do autor de que o sofá estaria com inúmeros problemas, de vício comprovado nos autos temos apenas aquele que consta das fotografias de fls. 17/19, referentes a uma costura que soltou. Trata-se de vício que certamente poderia ser sem dificuldade consertado, o que já é um primeiro sinal de que não houve resistência a tanto, por parte do fornecedor. Se não bastasse, as notificações que constam dos autos também não oportunizaram esse prévio conserto, já partindo para a pretensão de restituição, como vemos às fls. 12/13 e 15/16. Por fim, a única prova oral colhida na presente data, além dos depoimentos pessoais, consistiu na oitiva de informante que, a despeito de prestar sem compromisso, declarou sem indícios de faltar com a verdade, relatando que de fato, já no primeiro contato telefônico feito entre as partes para tratarem do vício ora em exame, o autor não oportunizou qualquer conserto e imediatamente reclamou providência distinta, narrativa que se alinhou a declarado pelo preposto da ré em depoimento pessoal. Ante o exposto, julgo improcedente a ação. Deixo de condenar o autor em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Requerente:

Adv. Requerente: Alessandro Dias Figueira

Requerido – preposto:

Adv. Requerido: Ademar de Paula Silva

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A
MARGEM DIREITA